

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo - PDUI-RMSP

Ata da Audiência Municipal de Mobilização de São Paulo Sub-região Centro

Data: 12 de julho de 2016

Local: Uninove Memorial, prédio C – auditório, 2º subsolo

Avenida Dr. Adolpho Pinto, 109, Barra Funda – São Paulo

Horário: 19h

Pauta: Esclarecimentos sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo

- **Abertura pela Mesa**
- **Apresentação da Prefeitura Municipal de São Paulo**
- **Debates**
- **Encerramento**

Representantes presentes

Institucionais

Prefeitura Municipal

Secretário de Relações Internacionais e Federativas – Vicente Trevas

Secretária-adjunta de Desenvolvimento Urbano – Tereza Herling

Assessora de Pesquisa Aplicada e Fomento - Carolina Heldt

Assessora de Participação Popular e Comunicação - Núria Vieira

Consórcio Intermunicipal Grande ABC – Hamilton Lacerda

Emplasa

Fernando Chucre – diretor-presidente

Maria Lucia Camargo

Luiz Carlos de Souza

Sociedade civil e demais – ver lista de presença

Abertura

Na noite do dia 12 de julho de 2016, no auditório do prédio C da Uninove Memorial, na Barra Funda, o município de São Paulo realizou sua primeira audiência de mobilização do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo (PDUI-RMSP).

Foram chamados para compor a mesa Fernando Chucre, presidente da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa); Vicente Trevas, secretário municipal de Relações Internacionais e Federativas; Tereza Herling, secretária-adjunta da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; e Hamilton Lacerda, diretor de Programas e Projetos do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Em seguida, dá-se início às falas de abertura.

Fernando Chucre agradece a presença de todos, esclarece que a Emplasa faz o papel de Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da RMSP, e frisa a experiência do PDUI de unir o Estado de São Paulo e os 39 municípios da RMSP para discutir possibilidades de melhoria e evolução dos sistemas de governança e de gestão pública para dar conta das funções públicas de interesse comum. Destaca que um dos grandes problemas atuais da região é a fragmentação das políticas municipais e estaduais no que diz respeito aos transportes, à habitação e ao meio ambiente, por exemplo. Defende que a experiência de construção do plano já é, em si, satisfatória, pois abriu esse diálogo de articulação entre os entes visando melhorar a eficiência de gasto público e do planejamento. Lembra que o Estatuto da Metrópole implica a transformação do PDUI num projeto de lei, diferenciando-o dos demais documentos de planejamento já realizados e colocando os entes no mesmo nível de discussão.

Hamilton Lacerda, representando o prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho, afirma que o Consórcio Intermunicipal Grande ABC vê com bons olhos a movimentação articulada na RMSP em torno do PDUI, e até como pioneira. Acredita que a região tem deflagrado um processo positivo de articulação municipal e estadual e avançou em questões como o macrozoneamento, mobilidade e meio ambiente, e o importante agora é evoluir na governança e nos modos de financiamento. Defende que se preze por decisões pactuadas sem imposição de um ente sobre o outro, e assim se avance numa cultura de governança. Acredita que um bom trabalho em São Paulo servirá de exemplo ao resto do país e chama todos a se engajarem.

Vicente Trevas cumprimenta os colegas e lembra que desde os anos 1970, com o Grupo Executivo da Grande São Paulo (Gegran), são feitos projetos de planejamento, mas não são consolidados. Diz que antes a RMSP tinha 10 milhões de habitantes, hoje são 21 milhões, os territórios metropolitanos ganharam centralidade no Estado e no país, porém as ações são fragmentadas. Na questão da mobilidade, são no mínimo 40 autoridades atuando (39 municípios e Estado). Enxerga um cenário de mudança, pois o padrão de desenvolvimento não é mais sustentável, o padrão de crescimento por expansão horizontal, por exemplo, está se esgotando. Defende que temos que enfrentar o adensamento, que por sua vez é incompatível com o grande uso de transporte individual. Trevas enxerga que a partir dessa situação limite está a esperança de se tentar uma nova pactuação como estado brasileiro, nas três esferas de poder, e como sociedade civil, democrática e organizada.

Tereza Herling, representando o Secretário de Desenvolvimento Urbano de São Paulo, Fernando de Mello Franco, cumprimenta os colegas de mesa, os técnicos do governo, das prefeituras, os funcionários e os estudiosos e militantes do planejamento metropolitano. Afirma que a questão metropolitana é central no desenvolvimento das

políticas urbanas da prefeitura. A revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE) aborda a macroárea de estruturação metropolitana, direcionando os investimentos para adensar as áreas já bem servidas de transporte e infraestrutura em geral e que têm papel de ligação com municípios vizinhos, como o grande ABC, o eixo do Tamanduateí, o eixo do Tietê e os demais vetores. No PDE essas regiões eram visadas como estratégicas para reverter o processo de espraiamento que expulsou a população de mais baixa renda para municípios periféricos, muitas vezes sem infraestrutura e atendimento, obrigando-a a grandes deslocamentos. Coloca que é um desejo comum combater essa segregação socioespacial, mas que isso só é possível com a articulação de todos os municípios. O rol de questões que o PDUI tem a enfrentar dependerá do arranjo de governança institucional entre os municípios da região e o governo. Chama Carolina Heldt, da Assessoria de Pesquisa Aplicada e Fomento, e Núria Vieira, da Assessoria de Participação Popular e Comunicação, para apresentarem o que está sendo desenvolvido em São Paulo.

Apresentação feita pela Prefeitura de São Paulo discorre sobre:

- **Estatuto da Metrópole**
- **O que é o PDUI**
- **Processo de elaboração do PDUI**
- **Processo participativo e constituição da instância deliberativa para aprovação do PDUI**

Carolina Heldt esclarece que o encontro se trata de uma audiência mobilizadora e seu propósito é compartilhar o desenvolvimento do plano metropolitano, avaliar seu alcance e perspectivas e apresentar as próximas etapas. Insere o PDUI no contexto dos problemas metropolitanos e da criação do Estatuto da Metrópole.

Mostra mapas da RMSP que revelam as contradições mais alarmantes do território, as quais considera fundamentais de serem enfrentadas num primeiro plano metropolitano. Em termos nacionais, a RMSP representa 0,09% do território, 10% da população e 18% do PIB. Identifica na espacialização dos dados três contradições básicas: (1) a fragmentação na administração que não corresponde à dinâmica metropolitana, à cidade concreta; (2) a vulnerabilidade social vs. oportunidade no território, nota-se a grande concentração de empregos, serviços, comércio, lazer e infraestrutura no vetor sudoeste da RMSP, como nas cidades de São Paulo, Osasco, Barueri e no ABC; (3) a expansão urbana em áreas de proteção ambiental, coincidindo territorialmente a vulnerabilidade social e a ambiental. Enxerga como uma oportunidade o adensamento dos municípios, de forma a aproveitar as infraestruturas já existentes.

Carolina vê como possibilidade do plano metropolitano o compartilhamento de diretrizes dos diversos planos diretores municipais e das leis de zoneamento, de forma a criar pactos de comum acordo. Julga, também, que é uma oportunidade para se aprofundar na governança metropolitana, considerando as peças de lei já presentes nos planos setoriais, regionais e municipais, para formular e envolver os atores já existentes, como os consórcios. Explica a força de lei do plano, na medida em que os governadores de áreas com regiões metropolitanas incorrem em improbidade

administrativa caso não o formulem em até três anos, e o mesmo com os prefeitos que não revisarem seus planos diretores com base nas novas diretrizes. Apresenta alguns pontos do Estatuto da Metrópole e destaca que, no caso da RMSP, as funções públicas de interesse comum a serem trabalhadas num primeiro plano são: transporte, habitação, uso do solo, meio ambiente, recursos hídricos, saneamento e desenvolvimento econômico.

Informa que está em desenvolvimento pelo poder público um caderno preliminar com apresentação dos princípios e diretrizes do plano, caracterização do macrozoneamento, instrumentos e estruturas de governança, sistemas de financiamento e conjunto de propostas, o qual será submetido ao debate em audiências regionais. Explica o processo de elaboração do PDUI, a composição das instâncias interfederativas e o calendário que teve início em 2015, com a formulação do guia metodológico, e será finalizado com a formulação da minuta de lei, que, depois de validada pelo Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da RMSP, será encaminhada à Assembleia Legislativa.

Núria Vieira explana detalhadamente o processo participativo de elaboração do PDUI e esclarece que terá dois enfoques. De um lado debater as propostas e a própria minuta de lei; do outro, construir a instância colegiada deliberativa e eleger os representantes da sociedade. Situa a participação da sociedade nas diversas etapas. A primeira etapa é a fase atual das audiências municipais de mobilização, que são o espaço de comunicação oficial à sociedade de que o plano está em elaboração. Esclarece que no município de São Paulo também serão feitas reuniões com os conselhos setoriais de meio ambiente, habitação, política urbana e transportes e com os conselhos participativos. Mostra a plataforma eletrônica www.pdui.sp.gov.br, onde está disponível todo material produzido pelo poder público até agora e onde a sociedade civil pode contribuir por meio de propostas, sugestões e comentários. Informa que também pode ser consultada a plataforma Gestão Urbana da PMSP. A segunda etapa é o momento das Oficinas Regionais, onde será discutida a formulação preliminar do caderno de propostas e recebidas as sugestões e contribuições, e das Audiências Sub-regionais, onde será construída uma dinâmica para eleger os representantes da sociedade que irão compor a instância colegiada deliberativa. Na terceira etapa, a instância colegiada discutirá mais profundamente a minuta do projeto de lei, podendo, inclusive, deliberar pela ampliação da discussão com a sociedade, realizando novas audiências.

Esclarece que foi pactuado que a estrutura da instância deliberativa será baseada no que hoje já é reconhecido nos conselhos da cidade, com representação do empresariado, por meio de suas entidades, dos trabalhadores, por meio de suas entidades de categoria e sindicatos, de universidades e categorias profissionais, dos movimentos sociais, de ONGs e do poder público. A composição de cada sub-região será proporcional a sua população, totalizando 52 membros da sociedade civil e 18 do Comitê Executivo, com voto ponderado, culminando em uma instância paritária. Pretende-se para setembro a realização das oficinas regionais, para novembro e dezembro as audiências regionais, e para dezembro a posse da instância deliberativa. Finaliza convidando os colegas a recompor a mesa e abre a discussão.

Debate

Fernando, estudante de turismo, pensa que uma forma de integrar a RMSP é também por meio do turismo atrelado ao desenvolvimento dos 39 municípios. Como morador do município de São Paulo, acredita que as cidades do entorno também têm muito a oferecer em termos culturais e vê no turismo metropolitano uma forma de desenvolvimento econômico. Defende também que no PDUI estejam contempladas ações a pessoas com necessidades especiais, de forma a se interligarem na RMSP suas vidas sociais, culturais e econômicas. Enxerga a inclusão de diferentes formas sociais no plano como uma forma dele ser mais justo.

Lucia Martins trabalha na revisão dos planos regionais representando a Subprefeitura de Pirituba e é moradora do Butantã, ambas são regiões limítrofes do município. Enumera algumas temáticas e problemas que defende que sejam abordados pelo PDUI. (1) Existe uma comunidade no Butantã situada numa região fronteira de três municípios que há anos está tentando se regularizar, mas as propostas não são levadas adiante, pois a área envolve mais de um município. (2) Devido a uma comunidade em Osasco assentada sobre região de nascentes que desembocam no Parque Estadual Jaraguá, as águas chegam poluídas na área de homologação indígena existente no parque. (3) Em Pirituba, há um conjunto habitacional da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) construído em área de administração da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (Inkra), e a população tem dificuldade em regularizar suas casas, pois a área não migrou de rural para urbana. (4) As rodovias Anhanguera, em Pirituba, e Raposo Tavares, no Butantã, estão inseridas em malha urbana, mas são tratadas como rodovias. Defende que deveriam ser tratadas de outra maneira, como a avenida Santo Amaro, por exemplo, que foi incorporada. Inclusive na Raposo há movimentos a favor de faixas e corredores de ônibus. (5) Em relação ao adensamento nas áreas dotadas de infraestrutura, proposto no plano diretor, pondera que as estações da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) em Pirituba estão saturadas e são compartilhadas com o transporte de carga. Nessas regiões as estações deveriam ser modernizadas para depois possibilitar o adensamento. (6) Sobre a questão do patrimônio histórico, há um movimento da fábrica de Perus para se tornar centro cultural. Além das minas de calcário, há os sambaquis em Caieiras e a estrada de ferro Perus-Pirapora em Cajamar, todos os locais formariam roteiros de interesses culturais, educacionais e turísticos em âmbito que ultrapassa o municipal.

A respeito do processo participativo apresentado, **Lucia** pondera que na Conferência das Cidades o peso dos movimentos de moradia é colossal, o movimento de mobilidade do qual faz parte, não teve nenhum delegado enviado para a Conferência Estadual. Defende que na composição da instância deliberativa do PDUI se abra espaço para a participação de outros movimentos sociais, com diferentes temáticas e não apenas habitação.

Kazuo Nakano, arquiteto e urbanista professor da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas (FGV-Direito) e do Centro Universitário FIAM-FAAM, coloca preocupação de se evitar confusão entre o plano diretor municipal e o plano diretor urbano integrado metropolitano. Destaca a importância de estar claro com qual

concepção de governança metropolitana está se trabalhando, para além do arranjo institucional previsto no Estatuto da Metrópole. Esclarece que na literatura há pelo menos duas concepções de governança regional, uma com menor atuação do estado e outra com mais políticas públicas, mais regulação, mais práticas e processos democráticos. Enxerga conflitos no PDUI de toda ordem, tão graves quanto a complexidade da metrópole. Um deles é em relação aos diversos órgãos como Sabesp, CDHU, empresas de coleta de lixo, Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU), CPTM e Eletropaulo, que são quem de fato investem e interferem na prática do território metropolitano e de maneira desarticulada. Tendo em vista que a governança tem responsabilidade de ordenar essas práticas, questiona como o PDUI fará isso, pois uma articulação operacional, financeira e institucional exige mexer nas estruturas atuais. Outro conflito que aponta é quanto ao uso da água. A Sabesp, por exemplo, está em guerra com as prefeituras de Santo André e de Guarulhos, segundo Nakano. Ele questiona como isso pode ser trabalhado envolvendo as instâncias estadual e municipais. Da mesma forma, o uso e ocupação do solo, sobre o qual o município tem a prerrogativa de legislar, o que causa conflitos de governança. Informa que há um projeto de lei na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, encaminhado pelo senador Antonio Anastasia, que relativiza a autonomia municipal nesse assunto com base na interpretação de um mecanismo constitucional.

Kazuo comenta também o veto do governo federal ao fundo nacional de desenvolvimento urbano do Estatuto da Metrópole. Frente a essa lacuna, questiona quais mecanismos de financiamento das políticas urbanas em território metropolitano estão previstos. Pergunta também como se darão as relações entre o PDUI, metropolitano, e as iniciativas regionais, como o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) que está em elaboração no ABC. E, por último, indaga como vai ser a participação do poder legislativo municipal nesse processo na metrópole de São Paulo, destacando que em Belo Horizonte foi instituído um fórum parlamentar metropolitano.

Renato Dallora, estudante de mestrado da Universidade de São Paulo, estuda o potencial de integração da RMSP em relação ao sistema de resíduos sólidos. Lembra que algumas empresas já se organizam de forma metropolitana, 32 dos 39 municípios da região já destinam seus resíduos para fora do próprio município e questiona se o tema será tratado no PDUI ou vai ficar para um segundo momento, tendo em vista que no guia metodológico é abordado como eixo estruturante, mas não como diretriz.

Terminada a primeira rodada de intervenções, o microfone volta à mesa para os esclarecimentos.

Carolina Heldt, em relação à fala de Kazuo, pondera que vai ser um desafio definir o escopo da diversidade de planos e destaca que uma preocupação na elaboração do PDUI é levar em conta que é um primeiro plano metropolitano com força de lei, então é importante prezar pela simplicidade. Explica que devem ser trabalhadas as questões prioritárias, pensadas algumas diretrizes para planos diretores, como parametrização de aproveitamento básico e pagamento por serviços ambientais, buscados os assuntos propriamente metropolitanos, como o macrozoneamento e aprimoradas as estruturas de governança.

Sobre a cultura metropolitana, **Carolina** vê uma contradição entre o convívio, o cotidiano, o concreto da cidade, que é metropolitano e que se expressa nos deslocamentos, por exemplo, e o debate metropolitano em si, que é abstrato, teórico, muito mais acadêmico do que enraizado nos movimentos sociais, na sociedade civil. Informa que na Conferência da Cidade de São Paulo buscaram formar uma programação bastante diversa, englobando a questão de gênero, de mobilidade, o próprio plano metropolitano, para além do habitual focado na habitação. Admite a importância das propostas feitas pela Lucia (auditório), da sociedade civil, e por movimentos sociais estarem contemplados nas suas diferentes temáticas.

Fernando Chucre esclarece que, pelo pioneirismo da RMSP na elaboração do plano metropolitano, sem exemplo anterior, optou-se por tratar das funções públicas de interesse comum com rebatimento direto no território, mas assuntos como turismo acabam sendo abordados nos grupos de desenvolvimento econômico, tendo em vista as oportunidades das diversas áreas. Comenta que Sorocaba incluiu saúde, educação e segurança pública, mas São Paulo não. Isso porque considerou que essas já são políticas tocadas de maneira regional, com recorte espacial e dados demográficos, por exemplo, considerados para alocar um equipamento de saúde, extrapolando o âmbito municipal. Sobre as questões levantadas pela Lucia, argumenta que são típicas de um plano metropolitano, pois muitas delas dizem respeito a soluções que envolvem mais de um município. Explica que para muitas ainda não há resposta, mas espera-se desenvolver ferramentas e mecanismos para, em algum momento, o plano responder. Em relação aos resíduos sólidos, esclarece que já existe um plano para otimizar os locais de disposição, realocá-los para diminuir deslocamentos e custos, e que, até agora, o PDUI aborda eixos e assuntos importantes, mas em cada setor a ideia é avançar de diretriz para programa, depois projeto e, por fim, ação. A ideia é afunilar para o plano não ficar num conjunto de diretrizes, e chegar ao nível máximo de execução.

Sobre a governança, informa que o grupo de trabalho está debruçado num quadro que contém todos os órgãos, empresas e secretarias atuantes no território da metrópole e visa indicar consensos, dissensos e conflitos. Há casos em que se identifica claramente o órgão responsável e outros em que órgãos tratam do mesmo assunto e não se conversam. Já no que tange a relação entre planos diretores e PDUI, conta que o primeiro trabalho que a Emplasa fez quando iniciou a discussão do plano metropolitano foi mapear numa só base todos os planos diretores: foram identificadas 25 terminologias diferentes para retratar o uso do solo. O objetivo agora é tentar unificar os conceitos e terminologias como diretriz para as revisões dos planos diretores, nas questões de uso do solo, meio ambiente e diversas outras.

Tereza Herling ressalta a importância da questão colocada por Kazuo no que diz respeito à regulação das empresas que atuam em âmbito metropolitano. Para ela, o caso mais emblemático é o da Sabesp, uma das empresas criadas nos anos da ditadura para dar conta do planejamento metropolitano. Naquele momento sua configuração permitiu captar água em áreas da região metropolitana e outros municípios para destinar aos locais com maior demanda. Argumenta que essa operação é de tal complexidade que os contratos dos municípios com a Sabesp são de difícil acompanhamento, pois a captação de água acontece em um município, a

distribuição em outro, a cobrança em um terceiro, de tal maneira que a prestação de contas é falha, não se sabe exatamente por qual serviço se paga e como o lucro é distribuído. Lembra que a situação complica se levadas em conta as demais empresas, e que, portanto, é preciso que o plano aborde a questão do financiamento e da atuação das empresas. Reforça a importância da participação das diversas entidades, movimentos sociais, dos técnicos, acadêmicos, enfim, todos com experiência de atuação, para contribuir com formas de governança.

Núria Vieira esclarece que houve uma reflexão grande de qual seria o melhor modelo para a instância deliberativa e os segmentos nela representados. Concorda com Lucia que nos conselhos da cidade a presença do movimento de moradia tem bastante força no segmento dos movimentos populares, mas reconhece que nas Conferências da Cidade anteriores, de números 1 a 7, houve uma presença grande também de entidades de categorias e universidades.

Acredita que o modelo ideal ainda está para ser criado, e que foi pactuado um modelo provisório que terá sentido enquanto o plano metropolitano estiver sendo elaborado. Admite que foram conservadores no sentido de manter uma estrutura de representação já conhecida e com capacidade de articulação grande. Exemplifica com as conferências das cidades estaduais e nacionais, onde os movimentos de trabalhadores, empresários, universidades, categorias profissionais e ONGs são mobilizados para participar e historicamente estão presentes. Reconhece, no entanto, que deve ser aprimorado para, inclusive, pensar nas instâncias de governança que deverão ser criadas para operar ações, serviços e programas metropolitanos.

Em relação à fala do Kazuo, afirma que ainda não há uma concepção definida e pactuada sobre governança, ou madura o suficiente para ser levada ao debate, mas estão trabalhando para construir alguns consensos. Reconhece que em todo processo participativo é fundamental que os conceitos do que está sendo discutido estejam explicitados. A clareza dos pontos de vista é fundamental para o debate ocorrer de forma democrática.

Hamilton Lacerda destaca que em pouco tempo foram listados problemas gravíssimos e difíceis de resolver, e tendo em vista a relação dos entes federativos e toda a tradição da administração pública brasileira, é fundamental discutir a governança. Acredita que o PDUI está longe de resolver a maioria dos problemas da região metropolitana, mas se a elaboração do plano conseguir criar um ambiente de construção de consensos para os problemas pendentes já é um bom caminho. Explica que uma proposta consensual não é da maioria, ou unânime, mas sim o resultado de um processo onde as partes estão dispostas a fazer concessões e as fazem. Na experiência do consórcio do ABC, que vai fazer 26 anos, os resultados positivos começaram a ser sentidos, mas são fruto de um processo longo, que tem se mostrado eficiente.

Acredita que o PDUI precisa ousar mais, mas sem querer impor um processo rápido sem a participação da sociedade, dos agentes envolvidos, porque não vai funcionar. Tem clareza de que não adianta baixar um decreto para mudar a atuação das empresas públicas que tem poder de fato. Exemplifica com um estudo em corredor

regional da região do ABC para sincronização dos semáforos visando melhorar o fluxo do trânsito, em que, na negociação com a EMTU não foi possível sincronizar o pedaço de concessão dela. Reforça a dificuldade de muitas vezes haver conversa entre os entes e a necessidade de provocar, para tirá-los da zona de conforto. Um exemplo bem sucedido no ABC, por meio da atuação do consórcio, foi o plano de mobilidade de 2013, que estabeleceu 16 eixos de mobilidade na região e um conjunto de ações e obras na ordem de R\$ 8 bilhões. A implantação está sendo iniciada, foram eleitos quatro eixos prioritários e aprovados R\$ 2,1 bilhões, dos quais R\$ 500 milhões já estão liberados. Explica que Rio Grande da Serra, intimamente envolvida no plano, jamais teria condição de conseguir dinheiro do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) para fazer a obra no seu corredor municipal. Com 32 mil habitantes, a cidade não se enquadra nos critérios, mas ao se integrar no plano regional consegue. Santo André e São Bernardo, que tinham capacidade de se endividar, assumiram o financiamento, já Diadema e Mauá assumiram a verba via Orçamento Geral da União (OGU) a fundo perdido. Destaca que isso é uma realidade concreta de ação, governança e articulação, conseguida graças a um trabalho, a uma história, a um contexto de participação da sociedade, agentes sociais, universidades, entidades patronais e de classe dos trabalhadores, igreja, padre, pastor, todos de alguma forma participando.

Argumenta que uma coisa é gerenciar e outra é financiar a ação prevista no plano, por isso o financiamento também deve ser pactuado. Exemplifica com os contratos de programa e os de rateio utilizados pelos consórcios. Pondera que não existe uma regra definida, como uma porcentagem para cada município, tudo vai precisar ser debatido entre os agentes. Alega que a garantia de que o processo é possível e vai funcionar é a participação da sociedade, ela que vai pressionar prefeitos, governador, secretário de transporte, Sabesp, EMTU e outros órgãos a saírem da sua zona de conforto.

Fernando (estudante) questiona se as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida que moram em cada um dos 39 municípios serão ouvidas e contempladas no plano. Discute que são pessoas que se deslocam pela região metropolitana utilizando, muitas vezes, o transporte público. Lembra que em São Paulo tem o Atende (Serviço de Atendimento Especial gratuito oferecido pela Prefeitura de São Paulo a portadores de deficiência física severa), mas nos outros municípios não. Questiona como pensar nessas pessoas, como melhorar as vias, as calçadas e os acessos aos principais pontos da RMSP.

Artur Monteiro, do conselho participativo da Subprefeitura da Sé e auditor de informação, tem dúvida de como governo estadual e municipal vão tratar as questões relacionadas ao Imposto Sobre Serviços (ISS), tendo em vista que essa é a grande fonte de renda dos municípios, mas as empresas estão saindo e indo para os arredores justamente devido ao imposto. Outra questão que levanta é o adensamento da região central proposto no Plano Diretor. Avalia que a questão da segurança e do uso de drogas não foi contemplada, que a população fica prisioneira na própria casa, não podendo sair à noite, e os governos estadual e municipal não interagem. Acredita que o PDUI é uma oportunidade para essa discussão e também para provocar o governo federal. No município, são 17 mil moradores em situação de rua e muitos

usuários de drogas, um programa bom que atenda essa população pode atrair moradores de outros municípios, de acordo com ele. Diz ainda que a capital gasta muito dinheiro com a questão e precisa envolver Estado e união. Afirma que a crise econômica está alcançando os municípios e precisam ser criados mecanismos de sobrevivência, como rotas culturais e gastronômicas e polos de economia criativa.

Encerramento

Tereza Herling afirma que questão de mobilidade de pessoas com necessidades especiais deve ser tratada transversalmente em todos os planos setoriais dos âmbitos municipal e metropolitano e certamente entrará na elaboração das propostas do PDUI. Com relação ao financiamento, reforça que as formas serão pensadas, uma questão importante é como equacionar a guerra fiscal entre os municípios. Destaca que é importante ter claro que o PDUI precisa se focar, até por força de lei, nas questões prioritárias, de interesse comum, a segurança não entrou até o momento, mas pode ser discutida.

Finaliza a audiência agradecendo a presença de todos, lembrando que esse foi um pontapé inicial. Em agosto as câmaras e conselhos vão continuar a discussão e a elaboração de propostas que em setembro serão debatidas com a participação de todos. Convida todos então a se multiplicarem e participarem virtualmente nas plataformas tanto do PDUI (pdui.sp.gov.br) como na municipal (gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br).